

39

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 07

Uma compreensão sobre a afirmação da Identidade Nacional: narrativa sobre Portugal entre a História e a Educação

ANTÓNIO GOMES FERREIRA
Universidade de Coimbra

O modo como frequentemente nos colocamos como portugueses e vemos discursar sobre essa nossa condição pressupõe a mitificação do processo histórico e a constatação de um sentimento profundo que traduz uma inevitável ligação a uma inquestionável aceitação de um património étnico-cultural comum. Embora se esteja perante um sentimento genuíno, ele tem tanto de espontâneo e intuitivo quanto de construído e inculcado. Todavia, ele é assumido generalizadamente como algo natural, como inerente a uma inevitabilidade quase genética, como fruto de uma vontade inequívoca de todos, desde tempos ancestrais. Deste modo, Portugal e os portugueses surgem a estes como realidade inscrita na evolução natural das sociedades e, num paradoxo não assumido, como consequência de um desejo sempre manifesto de todo um povo situado na parte ocidental da Península Ibérica. Ao vivenciar este sincrético sentimento que se filia tanto numa apropriação naturalista como mística da realidade, a generalidade da população portuguesa revela que esteve sujeita a processos de harmonização societal subordinados a lógicas de unificação étnico-cultural e a estratégias de acção ideológica de tipo nacionalista que, embora assentem num esforço de legitimação política e afirmação cultural bem antigas,

se revelaram especialmente insistentes e eficazes a partir do fim do século XIX e das primeiras décadas da centúria seguinte.

Não sendo a História redutível ao exercício da ciência experimental, não se pode, obviamente, determinar com exactidão o peso dos factores que contribuíram para a independência do país em determinados momentos, ainda que a luta que esta implicou nunca fosse inconsequente para a consolidação dum imaginário identitário, nem quanto decisivas foram as estratégias utilizadas em diferentes contextos políticos, para a sua legitimação e fundamentação na especificidade do património associado à condição de português. Mesmo que valorizemos especialmente a componente cultural, nomeadamente a língua, sempre podemos destacar a Galiza como caso que não seguiu o caminho de Portugal. Por outro lado, olhando para outras regiões de Espanha, para a Catalunha, por exemplo, temos que redimensionar a importância da imposição do poder político nessa construção dum identificação com uma comunidade mais vasta. Mas deixemo-nos, por agora, de nos debruçar sobre outros espaços da Península Ibérica, ainda que esta constitua seguramente um espaço geográfico bem interessante para se compreender a problemática da identidade nacional, para procurarmos reflectir sobre o caso português, sem o circunscrever à discussão da independência. Esta preocupação não pode, contudo, deixar de contemplar a existência da independência política como um factor relevante, quando não decisivo, pois a formatação identitária de muitos países se fez a partir dela, mesmo que não devamos esquecer também uma fundamentação contrária, tanto mais que assistimos, nos dois últimos decénios, à emergência de novos países que se reafirmaram a partir da reivindicação da sua identidade cultural.

Como é evidente, não queremos render-nos somente aos factos da História e ignorar a possibilidade de interpelação que a realidade coetânea propicia. Buscamos agir sobre o conhecimento da História de Portugal articulando-o com questões que tanto emergem do acompanhamento da política internacional dos últimos anos como da reflexão produzida noutros campos das ciências sociais. Estamos, de facto, diante de uma época que parece acolher projectos de conformação político-territorial sujeitos a ideias contraditórias. Curiosamente, onde essa emergência de dinâmicas de conformação de realidades políticas supostamente contraditórias mais se tem revelado evidente é na velha Europa. Neste continente marcado por muitos conflitos ao longo séculos e séculos, muito retalhar de território, muito avanço e recuo de fronteiras, tudo pareceu inútil e pouco consistente diante da dinâmica da política europeia. Uma vez por força das armas, outras pelas virtudes da diplomacia, nuns casos pela separação de partes de um país, noutros através da agregação de Estados, o desenho político da

Europa conheceu várias e significativas modificações nos dois últimos séculos, isto para nos retermos tão só à época contemporânea. Todavia, a segunda metade do século XX conhece uma dinâmica política nova. De certa forma, o que não se conseguiu pela guerra gerou-se por acordos. Primeiramente foi só o desenvolvimento duma política económica europeia, nascida na década de cinquenta do século XX, com o Tratado de Paris ou, mais determinadamente, a partir do Tratado de Roma, que, a pouco e pouco, foi intervindo sobre muito do que parecia sustentar os Estados Nação. Na verdade, cada vez mais os caminhos de cada um dos países integrantes da União Europeia têm sido trilhados, desde então, a partir das directrizes provenientes dos órgãos que a governam. Não é já só um mercado sem fronteiras e políticas agrícola, de pesca e de transportes comuns, são também toda uma série de medidas de regulação e coordenação no âmbito das actividades sanitárias, judiciais e de segurança, de financiamento da investigação, da formação e de intercâmbios, uma moeda única, um passaporte europeu... e o mais que está aí nesse difícil Tratado de Lisboa que enuncia a consolidação duma conformação política que se organiza em nome da Europa. A consolidação da União Europeia faz-se também com os novos países que se formaram por separação de outros, tutelando, deste modo, um processo político sustentado por convicções de cariz nacionalista e modelando-o de acordo com os interesses subjacentes à afirmação do poder da União Europeia. Ora estes processos de reconfiguração geopolítica obrigam a um esforço de legitimação e este dificilmente pode ignorar sentimentos de identidade fundados num património cultural duma comunidade com consciência histórica. Pragmaticamente, a União Europeia tem avançado na sua construção com base num consenso contratualista entre países europeus, reconhecendo que é nestes e com estes que os europeus estão. A União europeia é uma construção política, os países que a integram têm a consistência da história, e esta, mitificada ou não, curta ou longa, investida em sentimento, é uma componente dificilmente permeável a uma racionalidade que não a integre. Se a identidade nacional comporta um sentimento fundado na história, isso não implica que não esteja sujeito às interpretações e ressignificações dos acontecimentos, que não se mescle com outros elementos do contexto vivenciado, que não esteja sujeito a uma reelaboração em função da pertinência de novas narrativas.

Do sentimento e da nação

Tendo por natural que as pessoas, na sua individualidade, sejam portadoras de sentimentos e que elas manifestem como se sentem face a situações, objectos, seres, entidades, etc., é normal aceitar-se a extrapolação para um colectivo

e admitir-se que parte ou toda uma população tenha posições sobre o modo como vêem as suas relações com o que a afecta, seja isso tangível ou não. Os sentimentos colectivos derivam em parte da forma como os elementos de uma comunidade se relacionam com o território e os objectos que dominam, de como desenvolvem interpretações e práticas culturais adequadas às particularidades da região e de como as relações de interdependência, de solidariedade, de comunhão de interesses e de poder se articulam numa ordem social, cultural e política capaz de assegurar coesão interna e de se opor a interesses estranhos a esta. Apesar de alguns intelectuais se colocarem como cidadãos de uma entidade universalista (cosmos, universo, mundo, humanidade), poucos estão em condições de não se sentirem tocados pelas origens e pelas particularidades físicas e culturais da terra em que se realizaram. Aos diferentes espaços físicos juntam-se especificidades da relação dos indivíduos com os objectos e os seres que os partilham, formulações de saberes e crenças, expressões do sentir e do gostar colectivo, celebrações e rituais que marcam o ritmo da comunidade e lhe dão dimensão histórica. As pessoas, na sua generalidade, integram comunidades diferentes com as quais tendem a identificar-se com maior ou menor consciência. Generalizando, todos se sentem pertencer a algum local: casa, cidade, país. No entanto, qualquer das realidades não se apresenta a cada um tal como é mas como é apresentada (e não queremos agora discutir a subjectividade da percepção individual). Ora o desfazamento entre a realidade e a representação tende a aumentar em razão do tamanho do espaço e da complexidade da instituição tida em consideração. É mais fácil conhecer a casa e a família do que o país e a nação. Ainda que a manipulação possa ocorrer sobre qualquer das realidades ela torna-se mais significativa quando abrange um público maior e com menor capacidade de verificação sobre o que é apresentado.

O sentimento, todavia, tende a ser construído a partir de uma experiência e esta tende também a elaborar-se de relações com mais ou menos aceitação. Temos assim, que a textura do sentimento comporta a dimensão do tempo, podendo contemplar uma composição mais ou menos articulada entre experiências conjunturais e pessoais com narrativas sobre outros com os quais há alguma relação e que se inscrevem num tempo mais longo. Assim sendo, as pessoas e as comunidades estão também marcadas pelo caminho da História e nela procuram frequentemente legitimidade para aquilo que são ou entendem ser. Por outro lado, a História não está isenta da leitura do presente. Leve-se em consideração tanto na história pessoal quanto na nacional e veja-se como elas tendem a ser (re)feitas e (re)contadas para valorizar um ponto de vista. Os nossos parentes mais próximos são recordados em função dos nossos interesses de momento. A maior ou menor valorização dos antepassados ou dos

factos históricos depende dos valores que num determinado contexto político se pretendem salientar. Portanto, também nesta dimensão temos um trabalho de manipulação que se reveste de grande importância na forma como nos vemos e nos damos a ver. O que somos e como nos vemos está cheio de equívocos e de influências recíprocas. No entanto, quando inseridos num devir colectivo, somos quase sempre mais vítimas do que actores de manipulação, ainda que, por isso mesmo, facilmente engrossemos as fileiras dos agentes reforçantes da tendência ideológica dominante. Significa isto que a nossa identidade enquanto elementos duma comunidade é construída e resulta de um processo complexo onde interagem elementos fornecidos pela natureza e fenómenos decorrentes da acção de comunidades humanas produzidos em função de determinados contextos mas posteriormente sujeitos a sucessivas reinterpretações por actores de outros momentos históricos.

Actualmente, a nossa identidade enquanto membros dum colectivo depende muito da pertença a uma nação, da força que esta expressa, dos sentimentos que desperta, das características que apresenta. Mas esta está longe de ser um fenómeno genuinamente natural ou de se constituir fundamentalmente a partir de elementos propiciados pela natureza. Como fenómeno social, cultural e político situa-se e evolui num tempo, sendo, por isso, um fenómeno histórico que tem servido a necessidade de mobilizar colectivos humanos de grandes dimensões no jogo de interesses das elites. A nação não é uma emanção duma simples vontade, por poderosa que seja. Ela exige convicção colectiva assente em elementos estáveis com os quais os indivíduos se identifiquem e que sejam passíveis de ligar diferentes gerações.

Alimentando-se do passado, a definição de uma nação é dada pelo presente. A nação existe porque faz sentido mas sustenta-se com a convocação dos ancestrais. A nação tal como hoje é compreendida é um fenómeno recente, ainda que nos últimos séculos se tenha constituído como uma ideia fortemente mobilizadora. Curiosamente, ela tem sido apresentada como uma realidade fundada numa história antiga e, por isso, como uma coluna vertebral ou como uma matriz inolvidável que moldou uma vasta comunidade. Para Anthony Smith, a nação encontra-se no “centro de um dos mais populares e omnipresentes mitos” da modernidade: o do nacionalismo. Por sua vez, no centro deste mito está a ideia de que as nações existem desde tempos imemoriais e que os nacionalistas devem despertá-las do sono em que se encontram, para que desempenhem o papel que lhes é inerente. O poder da nação, de acordo com Smith, está em parte “na promessa do próprio drama da salvação nacionalista”. Só que este poder “é com frequência incomensuravelmente aumentado pela presença viva de tradições que encarnam memórias, símbolos, mitos e valores de épocas muito

remotas da vida da população, comunidade ou zona”¹. Quase sempre, isto tudo, sendo integrado e compreendido à luz dum sincretismo ideológico, funciona fundamentalmente através do sentimento e alcança momentos do passado em função de valores e interesses dum presente.

A tentativa de compreender em que consiste uma nação é assunto que podemos considerar relativamente antigo. Ernest Renan, numa conferência intitulada “O que é uma Nação?”², proferida em 1882, na Sorbonne, passou em revista as respostas mais comuns a tal questão e refutou-as sucessivamente. Na verdade, elas não passam de uma redutora visão etnocêntrica. De facto, a nação não cobre a noção de raça, porque todas as nações modernas são misturas étnicas; a nação também não coincide com a língua, pois, como é bem evidente, nações há que admitem mais de uma língua e, por sua vez, há línguas que são comuns a várias nações; a religião, por sua vez, não constitui razão bastante para a afirmação de nações já que muitas nações têm partilhado a mesma religião ao longo da maior ou menor história que possuem; a geografia, embora tenha a força que o espaço imprime, não define a nação, porque esta pode existir em diferentes territórios.

Segundo Renan, uma Nação não pode ser definida em termos materiais, ela é “uma alma, um princípio espiritual”. Isto não significa para ele algo completamente indefinido e, porventura, tão imaterial como, de algum modo, deixou entender com tais expressões. Renan encontrou substância para essa alma ou esse princípio espiritual no devir colectivo. As suas palavras são bem explícitas: “Duas coisas, que na verdade são apenas uma, constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma pertence ao passado, outra ao presente. A primeira é a posse comum de uma herança rica de memórias, a outra é o empenhamento, a vontade de viver em conjunto”.

De acordo com Hagen Schulze³, esta conclusão de Renan continua bastante pertinente. Para ele as nações são, de facto, “entidades espirituais, comunidades que existem enquanto se mantiverem na cabeça e no coração dos homens”, e tendem a desaparecer “assim que deixarem de ser pensadas ou desejadas”. Pretende, no entanto, Schulze que “elas assentam na consciência nacional”, o que parece pressupor uma racionalidade suficientemente reflectida, quando frequentemente se verifica apenas um sentimento, porventura intenso mas

¹ Smith, Anthony D., *Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 35.

² Renan, Ernest, *Qu'est-ce qu'une Nation? Et autres écrits politiques*, Présentation Raoul Girardet, Paris, Imprimerie Nationale Éditions, 1996, p. 211.

³ Schulze, Hagen, *Estado e Nação na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 105.

pouco consciente. Mesmo assim concordamos que as “nações reconhecem-se numa história comum, nos sacrifícios comuns” embora, como já o dissemos, essa história comum traduza geralmente “uma realidade muito limitada”, sendo frequentemente “mais sonhada e construída do que real”. A história que sustenta o sentimento nacional é parcial, simplista, recorda e sublinha quase tão só os aspectos que relevam os valores das elites dominantes de determinado contexto socio-político. Mas a estabilidade da comunidade nacional garante que o seu sentimento que une e lhe dá consistência é algo de profundo e não assenta somente em meras manipulações conjunturais.

Diante dos diferentes processos que levaram à formação e conservação das nações modernas, podemos aceitar como princípios organizadores da Nação como ideal, a “vontade-consentimento” e a “etnicidade-língua”; o primeiro está presente na construção da ideia de nação “cívico-política”, o segundo sustenta a ideia de “nação etno-cultural”. Todavia, importa considerar estes princípios em leituras de realidades complexas. Eles próprios apresentam alguma ambiguidade. A vontade implica uma leitura de uma dinâmica diferente que o consentimento; a língua constituindo um aspecto importante dum etnicidade pode igualmente impor-se como desfigurador dum comunidade, uniformizando, à posteriori, o que era distinto. Assim, com Gellner, tendemos a admitir estes tipos de ideais como relevantes mas não os considerando de forma exclusiva. Tal como Gellner, entendemos que a análise concreta da formação das nações deve passar pelo sincretismo interpretativo entre “vontade”, “cultura” e “organização política”⁴.

Por sua vez Raoul Girardet entendeu sublinhar a necessidade de distinguir duas situações diferentes: antes da existência jurídica autónoma do Estado-nação, exprime-se uma consciência da individualidade histórica e uma vontade de criar um Estado soberano; num quadro de constituição jurídico-política estabilizada de um Estado-nação homogéneo, a preocupação dirige-se para a defesa da independência (tema da “ameaça” da Pátria em perigo” e para a formação da grandeza nacional⁵. Em qualquer das situações, procura-se reforçar um sentimento baseado em características e interesses comuns, reais ou não, e mobilizar vontades em torno de realidades simbólicas que conferem, exagerando, uma singularidade, que quer afirmar-se face a outras comunidades político-culturais.

⁴ Gellner, Ernest, *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 11.

⁵ Girardet, Raoul, *Le Nationalisme Français. Anthologie, 1871-1914*, Paris, Éditions du Seuil, 1983, pp. 9-10.

Vários estudiosos, entre os quais figuram Anthony Smith e Eric Hobsbawm, têm vinculado a moderna ideia de Nação ao Iluminismo do século XVIII, considerando que aí se forjou o processo político de ordenação jurídica que conduziu ao Estado-Nação contemporâneo. Defendem estes autores, que, com a passagem do Estado absoluto ao Estado liberal, se processou uma mudança fundamental no princípio da legalidade política, que passou, segundo Eric Hobsbawm⁶, do fundamento de soberania dinástica, da ordenação divina, do direito histórico ou da coesão religiosa, para um fundamento de soberania popular electiva, laicismo, sistema de separação de poderes, patriotismo.

Essa modificação política da ideia de reino para a ideia de nação teria desarticulado o anterior sistema de lealdade e identificação”, organizado pela religião e mantido pela hierarquia social das três ordens (clero, nobreza e povo), e exigido uma nova visão histórica e uma outra configuração nacional dos seus principais espaços estruturantes —espaço económico (mercado nacional); espaço social (sociedade burguesa); espaço político (unidade do poder, unidade administrativa, secularização); espaço cultural-mental (unidade nacional com símbolos unificadores – hino, bandeira, heróis ou personalidades mitificadas). Desta forma, como refere Anthony Smith⁷, o nacionalismo emerge como uma “ideologia fundamentalmente secular”, ainda que também exista o nacionalismo religioso ou um nacionalismo que incorpora elementos religiosos. Olhando para a História de Portugal e, em especial, para as épocas Moderna e Contemporânea, bem podemos comprovar que a ideia de nação passa a ser estrategicamente relevante à medida que o Estado se afirma acima do poder real, que o esforço colectivo e a capacidade de acção das pessoas saem valorizadas face à determinação do nascimento, que o acesso das pessoas às instituições sociais, culturais e educacionais se amplia, que as relações laborais se regem por contratualização subordinada a legislação nacional, que o país tende a ser um mercado que se posiciona face a outros que lhe são externos, que apresenta uma população mais sujeita ao discurso do poder estatal.

Portugal País e Estado

Sendo Portugal um país bem antigo, a construção da nação deve ser perspectivada como um processo que, ainda que receba um decisivo empurrão doutrinal com o Iluminismo, merece ser atendido a partir de épocas mais recuadas.

⁶ Hobsbawm, Eric J., *Nations and Nacionalism since 1780. Programme, myth, reality*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 81-87.

⁷ Smith, Anthony D., *Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 69.

Marc Bloch defende que começaram a construir-se as bases das nações entre os séculos IX-XIII. Na verdade, a identidade de Portugal tem sido definida a partir dum processo político que inscreve neste período o seu momento decisivo. Isto porque a configuração territorial de Portugal foi praticamente traçada nos séculos XII e XIII e porque na Conferência de Zamora, realizada em 1143, D. Afonso VII, rei de Leão, reconhecia o novo reino, liderado por D. Afonso Henriques. Numa *História de Portugal*, por onde estudámos, quando frequentávamos, nos anos sessenta, o ensino primário, a intenção de sublinhar esta ideia é bem evidente porquanto nela se dizia: “Portugal, a nossa querida Pátria, nasceu, pois, em 1143, e foi seu fundador D. Afonso Henriques”⁸. Numa das monumentais obras de História de Portugal publicadas nos finais do século XX, Borges Coelho escreve: “O esqueleto geográfico constituído pela orla marítima ocidental, o desenvolvimento da actividade produtiva, a marcação de um centro e de uma fronteira, as ligações mercantis, a estrada marítima do litoral e dos rios, o nascimento do incipiente mercado interno assente nas vias ou picadas terrestres e na vias fluviais e marítimas, o encontro dos concelhos principais nas Cortes Gerais e a apresentação de propostas conjuntas numa língua comum que a todos une favorecem na segunda metade do século XIII e ao longo do século XIV o desabrochar da ideia de nação. A palavra não é ainda usada mas o seu conteúdo vai integrar a expressão ‘regno isento sobre si’ e resistirá nos acontecimentos do último quartel do século XIV sob o estandarte de uma monarquia própria, nacional”⁹.

Todavia, ainda que o imaginário da nação já aí encontre condições estruturantes e elementos simbolicamente relevantes para a fundamentação da sua identidade, a autonomização e a afirmação do reino de Portugal decorre das circunstâncias propiciadas pela reconquista cristã da Península e num quadro ideológico e social medieval. Estamos diante duma luta de grandes senhores feudais que negociam alianças e mobilizam seus dependentes. Afonso Henriques encabeça o partido dos barões de além Douro mas tem de se bater contra parentes, contra sua mãe; tem de buscar consolidar apoios junto do clero portugalense e dos nobres; tem de recrutar cavaleiros e peões, têm de ceder às conquistas dos concelhos nos novos territórios. Mas ele e os seus imediatos sucessores também tentaram recrutar jovens de famílias galegas, que procuravam Portugal na busca de fortuna; utilizaram a promoção da ascensão social de

⁸ Rosas, Hernâni, *História de Portugal*, Porto, Porto Editora, s/d., p. 24.

⁹ Coelho, António Borges, O tempo e os homens: séculos XII-XIV, in Medina, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. III, Amadora, Cube Internacional do Livro, p. 136.

nobres de categoria inferior; criaram novas famílias dotando os seus bastardos ou casando-os com filhas de grandes senhores¹⁰. Deste modo, os primeiros reis, sem descuidarem a colaboração dos grandes, aproveitaram a conquista de novos territórios para se colocarem numa clara posição de supremacia face aos demais senhores. No entanto, muito deste poder afirma-se através da guerra, ora, durante estes primeiros reinados vive-se um estado de guerra permanente e não era só a guerra com os sarracenos ou com os exércitos do rei de Leão e de Castela, era também a que resultava dos conflitos internos entre os grandes e o rei que perduraram pelos séculos XIII e XIV. Estes conflitos internos indicam quanto as dependências pessoais eram fortes e quanto a afirmação da nação era prejudicada pelos particularismos dos interesses senhoriais em jogo. Temos fundamentalmente conflitos e guerras com grupos sociais que detêm e sustentam o poder baseado quer na força militar que possuem, quer na reivindicação de privilégios que consideram possuir pela condição de origem. José Mattoso, referindo-se ao período anterior a meados do século XIV, escreve: “A facilidade com que os fidalgos se põem ao serviço de outros reis e com que os Galegos passam a fronteira, assim como o ideal da unidade das nobrezas peninsulares, tão evidente no *Livro de linhagens do conde D. Pedro*, são dois indícios de que a aristocracia senhorial, geralmente com uma noção muito viva dos deveres de fidelidade pessoal, devia adaptar-se com dificuldade à ideia de um vínculo com a pátria automaticamente decorrente do nascimento em território português. Para ela a fidelidade era condicional: implicava o cumprimento dos deveres feudais por parte do senhor”¹¹. Mas a aristocracia na sua ânsia de acrescentar “a honra e o proveito” sentiu-se sempre insatisfeita e, conforme os tempos, vai solicitando ou exigindo em nome do “seu” direito, dos “seus” privilégios, o acrescentamento dos que têm e a recuperação dos perdidos. Eles achavam-se merecedores dessas distinções, honras e privilégios porque eram filhos de algo, descendentes dos heróicos fundadores do reino, gente de distinta linhagem¹². A sua identidade dependia da origem mas esta vinculava-se tanto ao território em que nasciam e viviam como à natureza aristocrática definida pelos laços sanguíneos que os ligavam aos grandes que haviam contribuído para conquistar terras aos infiéis.

¹⁰ Mattoso, José, 1096-1325, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 280.

¹¹ Mattoso, José, 1096-1325, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 296-297.

¹² Sousa, Armindo de, 1325-1480, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 440-465.

Embora nos tempos actuais, dificilmente se possa conceber a Nação sem o Estado, o conceito de “Nação” é naturalmente muito mais antigo do que o de “Estado”. *Natio* é um antigo conceito, herdado da Antiguidade romana, que indicava originalmente o nascimento ou a raça como sinal de diferenciação entre grupos humanos. Cícero considerou neste conceito um grupo social, o dos aristocratas. É também possível encontrar *natio* como conceito antagónico de *civitas*, ou seja, para designar uma população não enquadrada por uma instituição comunitária devidamente organizada, ou seja, desprovida de uma estrutura interna política e social. Povos da Alta Idade Média, como os Francos, Lombardos ou Borgonheses, eram descritos como *nationes*. Schulze afirma que, então, as fronteiras da *natio* eram ainda imprecisas e assim permaneceriam durante bastante tempo mas que “a utilização do termo foi inteiramente reforçada na sua acepção latina de origem, para designar a comunidade de direito à qual cada um pertence à nascença”¹³. De qualquer modo isto não implica necessariamente a coincidência com um determinado território, pois a comunidade também pode ser definida a partir das vincadas singularidades biológicas ou culturais. Daí que se invoque, por vezes, os mesmos laços de sangue ou, outras vezes, a mesma cultura expressa através duma mesma língua. De facto, a língua também tem servido para caracterizar a distinção das “nações”. Onde se reuniam pessoas provenientes de vários pontos da Europa, podiam-se arrumá-las segundo a sua língua. Assim aconteceu com os estudantes que frequentavam universidades como a de Paris e a de Orleães ou com os delegados eclesiásticos no Concílio de Constança (1414-1417). Compreende-se a arrumação: afinal a identificação definida em função da língua era mais precisa do que a volúvel sorte dos domínios políticos. Por isso a língua será muitas vezes um veículo da consciência nacional.

Em Portugal, a língua também vai desempenhar um papel importante na construção da identidade nacional mas não constitui razão despoletadora da independência. Da vontade duma elite aristocrática emerge um reino que se afirma sobre fidelidades pessoais. Todavia, passado o fulgor da reconquista, a língua já começa a assumir um valor estratégico na afirmação do reino. No século XIII, o romance galego-português já evoluíra para o português medieval, língua já normalizada pela corte e que se expandiria para sul,

¹³ Schulze, Hagen, *Estado e Nação na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 107.

acompanhando as conquistas de novas terras¹⁴. D. Dinis “oficializa-a” como língua de chancelaria. O português é língua do quotidiano, língua das leis, língua dos tratados, língua da literatura.

A partir dos finais do século XIII, a língua, o território e o rei passavam a ser referências fundamentais da unidade do país e elementos centrais no forjar da nação. José Mattoso entende mesmo que “a nação existe, tem já a sua coerência e a sua autonomia, os seus caracteres próprios, a sua capacidade de resistência; mas a sua consciência deste facto encontra-se apenas na mente de uma minoria, geralmente próxima do poder político, a partir do qual se difunde com lentidão”¹⁵. Transformações sociais, políticas e culturais iriam, nos séculos seguintes, consolidar a nação. A estabilidade das fronteiras, o crescimento urbano, a necessidade de prover à administração do reino e o desenvolvimento comercial possibilitou o surgimento de grupos sociais com interesses diferentes da aristocracia. O crescimento da burguesia comercial, dos artesãos, dos letrados suporta o reforço do aparelho do Estado e alarga a base dos que se sentem participantes da nação portuguesa. Na crise de 1383-85 vemos já a importância que membros dos grupos não aristocráticos têm na mobilização contra Castela. Se neste momento o reino de Portugal estremeceu, a crise fomentou solidariedade e recompôs-se sobre outros protagonistas. Para além de um rei que não era mais que um filho bastardo coroado pela conjuntura e da emergência dum líder místico, Nuno Álvares Pereira, letrados e burgueses aparecem como protagonistas e como elementos indispensáveis à manutenção da soberania.

Deste contexto sai a geração que vai lançar Portugal para outras paragens. O sucesso deste empreendimento não se fez sem desventuras mas o resultado global internacionalizou Portugal. O país cresceu e enriqueceu. A par da riqueza veio o conhecimento, a abertura ao novo, tudo isto em sintonia com o espírito do Renascimento, com o refinamento das artes, com a sensatez e a pedagogia da antiguidade mas sem descuidar a devoção à religião católica. A já longa existência do país, a sua identidade cultural, a elevação da auto-estima dos portugueses em face da expansão territorial, a conveniência de fundamentar a obrigação da defesa do território, já propiciava apelo claro a um sentimento de amor à pátria, no século XVI. No *De regis institutione et disciplina*, publicado em

¹⁴ Marquilha, Rita, A formação da língua portuguesa, in Medina, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. III, Amadora, Cube Internacional do Livro, pp. 349-358.

¹⁵ Mattoso, José, *Identificação de um país (ensaio sobre as origens de Portugal)*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, p. 211.

1572, Jerónimo Osório, falando sobre a educação do *Desejado*, era categórico na afirmação da conveniência do amor à pátria. Este surgia como um valor importantíssimo na manutenção da situação política e central na implicação das pessoas na defesa do país. Nas suas palavras: “Se qualquer cidadão maior amor deve dedicar à sua pátria que a seus parentes, que a seus filhos e a seus pais, ao ponto de pôr a sua maior glória em por ela derramar o seu sangue; que competirá, então, aos Reis, a quem tal afecto elevou às maiores honras e, em certo modo, colocou no número de seres celestiais?¹⁶”. Esta implicação de todos na defesa da pátria pode ter várias leituras mas, de qualquer modo, é evidente que ela subentendia a presença duma entidade superior à qual nem o rei devia deixar de atender. Como diz o referido autor, “à pátria deve ele cuidados, inquietações e vigilância; deve o singular e grande encargo da salvação pública; deve a mais segura protecção, o mais forte baluarte para a defesa dos perigos¹⁷”. Sublinhe-se, no entanto, que estamos perante um discurso marcado pelo seu pendor humanista, um texto escrito em latim e representando um posicionamento idealizado por intelectual. A esmagadora maioria da população portuguesa nem deve ter tido conhecimento desta publicação, tanto mais que só veio a ser traduzida para português em meados do século XX. Seja como for, a consistência e a generalização da ideia de pátria mostrou-se frágil poucos anos depois da publicação do *De regis institutione et disciplina*, quando muitos deixaram que o reino se submetesse ao poder do rei espanhol. Várias podem ser as explicações para esta situação, sendo que o aliciante de se pertencer a um mais amplo império se articulava bastante bem com os interesses que emergiram no país e implicaram Portugal durante mais de um século.

Seja como for, o país estava confrontado com uma aventura que levara muitos portugueses a colocarem-se perante os outros, fossem estes habitantes da Europa, da África, da América ou da Ásia. O outro serviu de espelho e foi interlocutor, competidor, parceiro e inimigo. As caravelas e as naus portuguesas chegaram onde as outras embarcações não se atreveram. A tecnologia náutica e a experiência das descobertas se credibilizaram a produção do saber serviram igualmente para alimentar uma consciência épica assente na orgulhosa convicção de que Portugal estava desempenhando uma inigualável obra ao serviço do progresso material e gnoseológico da humanidade, bem como ao serviço da universalização do cristianismo. Seguindo as palavras de

¹⁶ Osório, Jerónimo, *Da instituição real e sua disciplina*, Lisboa, Edições Pró domo, 1944, p. 267.

¹⁷ Osório, Jerónimo, *Da instituição real e sua disciplina*, Lisboa, Edições Pró domo, 1944, p. 266.

José Eduardo Franco, esta “convicção exaltada, expressa e veiculada através de obras poéticas, historiográficas, científicas, epistolo gráficas e relatos de viagens, vai revestir esta memória eufórica da história nacional com uma auréola de misticismo”¹⁸.

Esta mitificação dos Descobrimentos vai permitir a releitura do passado historiogénico que se tornará especialmente significativa quando o brilho desta idade de ouro estava já a esmorecer e, sobretudo, quando a independência do país se encontrava ameaçada pela crise dinástica de 1580. É fácil de compreender a ideia organizadora de tal leitura: o glorioso passado do reino justificar-se-ia por um passado orientado providencialmente para a prossecução das gestas. Assim, era ressaltada uma “fundação e uma história providencialista, conduzida e orientada para o cumprimento da missão sagrada, que estaria adscrita ao carácter ôntico do reino desde a sua primordialidade”¹⁹. Ou seja, desenvolvia-se uma corrente historiográfica que buscava as raízes primeiras do reino de Portugal, tendo por base o quadro do imaginário cristão, até às origens da humanidade e dos povos narrados nos textos bíblicos. Como refere Francisco Bethencourt: “A ruptura com a tradição do reino independente, imposta pela invasão dos exércitos castelhanos em 1580, deu origem a uma segunda conjuntura, dominada pela reflexão sobre as origens do reino e pela tentativa de elaboração de uma obra síntese. Nesta nova conjuntura que se estende de 1594 a 1616 são impressas as obras de Pedro Mariz (...), *Diálogos de Varia Historia*, Coimbra, António Mariz, 1594 (com uma segunda edição em 1598-1599), Fr. Bernardo de Brito, *Monarchia Lusitana*, Alcobça, Alexandre de Sequeira e António Álvares, 1597 (a segunda edição foi publicada em Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1609), Duarte Nunes de Leão, *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1600, Diogo do Couto, *Décadas da Ásia*, (da quarta à sétima), Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1602-1616, e Francisco de Andrade, *Chronica do Muyto Alto e Muito Poderoso Rey destes Reynos de Portugal dom João o III deste nome*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1613”²⁰.

A crise dinástica de 1580 vai também relançar o debate em torno da tese da eleição real e colocar a questão da identidade portuguesa. No entender de Francisco Bethencourt: “este debate em torno da eleição do rei pelos povos aparece em diversas crónicas, constituindo-se como um tópico do pensamento

¹⁸ Franco, José Eduardo, *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D’Orey, 2000, p. 218.

¹⁹ Franco, José Eduardo, *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D’Orey, 2000, p. 210.

²⁰ Bethencourt, F., *Sociogénese do Sentimento Nacional*, in Bethencourt, F. e Curto, Diogo R. (orgs.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1989, pp. 488-489.

político da época. Para além disso, este período de crise vem colocar pela primeira vez o problema da nação enquanto comunidade histórica e afectiva com uma identidade própria, independentemente do soberano que produz um património de símbolos e de formas específicas de exercício do poder num território. Numa palavra, pela primeira vez aparece o termo “nação” com o sentido de comunidade política, em concorrência com o termo “reino” (dominante até ao século XVIII), que remete, necessariamente para a noção de senhorio²¹. Apesar disso, era ainda o reino que fundamentalmente estava em discussão. A insistência do Terceiro Estado na via eleitoral, argumentando que o povo dispunha do direito de escolher o rei, quando o trono se achasse vago, não teve o apoio da nobreza e do clero. Maior consenso parecia reunir a necessidade de um rei natural, que até o próprio rei de Espanha tentou justificar ser a sua candidatura não de um estranho “sino tan natural” pois, era filho e neto de “Príncipes naturales”²², mas os argumentos jurídicos, travados entre D. Catarina de Bragança e Filipe II, sobre o direito à sucessão, revela uma discussão colocada sobre um mundo senhorial. No fim, parte significativa da aristocracia, do alto clero e da alta burguesia mercantil foi seduzida pelo poder e pelas “benesses” de Filipe II, rei de Espanha. Em 1581, nas Cortes de Tomar, era “aclamado e jurado rei de Portugal pelos Três Estados, passando a concentrar na sua pessoa as coroas dos dois reinos”²³.

As novas condições políticas e militares vão possibilitar o reforço do poder dos senhorios laicos e eclesiásticos. O afastamento da realeza de Portugal, deixou o reino mais à mercê dos privilegiados, “contribuindo para acelerar um processo de aristocratização social, de neo-senhorialismo”, agravado pelo “reforço de neomunicipalismo fortemente aristocratizante”²⁴. A Restauração da Independência não veio inverter tal situação. Por um lado, os conjurados que, na manhã do primeiro de Dezembro de 1640, rompem pelo palácio real e investem contra os símbolos e os membros do governo castelhano, proclamando D. João IV como rei de Portugal, eram nobres, eram “os ainda detentores da

²¹ Bethencourt, Francisco, D. Henrique, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 550.

²² Serrão, Joaquim Veríssimo, Fontes de Direito para a História da Sucessão de Portugal (1580), *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 1960, p. 123.

²³ Veiga, Carlos Margaça, A crise de 1578-1580 e a perda da independência, in Medina, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. VI, Amadora, Cube Internacional do Livro, p. 250.

²⁴ Magalhães, Joaquim Romero, Filipe II (I de Portugal), in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 568.

velha honra heróica da nobreza”²⁵. Por outro, as necessidades militares que advinham da Guerra da Restauração não podiam deixar de conferir à aristocracia militar uma posição política predominante. O governo, fosse na esfera régia ou na dos municípios, era aristocrático. No entanto, ao longo da segunda metade de seiscentos e do século XVIII, a elite dos Grandes foi-se estruturando em função da sua integração na sociedade de corte. Desse modo, foi-se acentuando o divórcio entre a aristocracia de corte e a provincial. A primeira era a grande beneficiária dos altos cargos e de novas comendas e novas tenças. O seu prestígio começou a declinar, à medida que se avançava na centúria de setecentos, em resultado da modificação da estrutura e do funcionamento da administração central e da necessidade de responder a uma crescente complexificação da administração central. É significativo que, na segunda metade do século XVIII, tenham sido mais os ministros que se tornaram grandes que Grandes tenham chegado a ministros²⁶.

Condições ideológicas, políticas e económicas favoreceram a afirmação do poder real partir do reinado de D. João V. Este conduziu uma política regalista na esfera eclesiástica e de redução do peso político da nobreza, condenando ao desterro nobres e não lhes dando preferência nas nomeações para os cargos de governo mais importantes. Pode dizer-se que a realeza de D. João V “raramente ascendeu ao domínio do providencialismo”²⁷ mas, na verdade, ele recorreu a uma estética barroca tendo em vista a glorificação do absolutismo monárquico. No reinado seguinte, a ideologia do Despotismo Iluminado orienta a política seguida e protagonizada por Sebastião José de Carvalho e Melo. Neste sentido o poder real devia-se afirmar sobre os interesses particulares para agir de acordo com o progresso do Estado e o bem comum dos povos. No rei estava a suprema autoridade donde dimanavam leis que deviam “fazer-se executar pelos tribunais e ministros encarregados do precioso depósito da sua real autoridade”²⁸. O país tinha um Estado e o Estado devia governar no supremo interesse do país. Fundado, por enquanto no poder real, o Estado colocava-se

²⁵ Oliveira, António de, A Restauração, in Medina, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. VII, Amadora, Cube Internacional do Livro, p. 104.

²⁶ Monteiro, Nuno Gonçalo, Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 333-374.

²⁷ Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta [1640-1750]*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, p. 236.

²⁸ Serrão, Joaquim Veríssimo, Marquês de Pombal: o homem e o estadista, in Medina, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. VII, Amadora, Cube Internacional do Livro, p. 288.

acima dos interesses senhoriais e regionais. A ele competia desenvolver estratégias políticas, económicas e culturais que afirmassem a unidade do país e a capacidade dele em responder aos desafios duma ordem que se perfilava sobre os desígnios da modernidade.

História pátria

A iniciativa de alguns e o esforço de muitos tornavam possível a existência de Portugal como país independente ao fim de cinco séculos. Claro que, para isso, foi preciso mobilizar muita gente que ocupava vários estratos sociais, que o povo foi suporte fundamental em muitas acções bélicas e que, em determinados momentos delicados, alguns dos grandes se colocaram em rota divergente. Mesmo considerando todas as vicissitudes porque passara o país até então, a ideia de Portugal fazia-se pelos que se sentiam parte da sua liderança. Levando em consideração o que se esboçou nos últimos parágrafos, é bem compreensível que a historiografia registre uma produção que olha fundamentalmente para os reis e os grandes do país. No século XVIII, a criação da Academia Real da História não alterou esta tendência. A preocupação era com a História Eclesiástica e a História do Reino. Um dos Académicos mais célebres, o teatino António Caetano de Sousa escreveu a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (1735-1748) onde sobressai a imagem majestática do rei, expressa nos retratos apresentados dos vários soberanos. O mesmo autor escreveu ainda *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal* e um outro teatino, José Barbosa, nessa mesma época, publicou o *Catálogo Cronológico, Histórico, Genealógico e Crítico, das Rainhas de Portugal, e seus Filhos*, cujos títulos são bem explícitos desta insistência no estudo dos “grandes”, rainhas, príncipes, personalidades da alta aristocracia ou até de professores da Universidade de Coimbra, caso do *Alfabeto dos Lentos* escrito por Francisco Leitão Ferreira, também por essa altura.

Mas quem lia? Sobretudo alguma aristocracia, alguma burguesia, nomeadamente os magistrados, que constituíam uma espécie de “nobreza de toga” e os clérigos cultos. A maioria dos membros da Academia era precisamente constituída por clérigos. Não admira, por isso, que académicos se interessassem por produzir textos sobre as instituições eclesiásticas, como, por exemplo, *Memórias para a História do Bispado da Guarda* e *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado de Braga*.

Por influência do Iluminismo, a História racionaliza-se. O carácter mítico tão presente nos séculos anteriores vai perdendo força e a comprovação documental é cada vez mais relevante para a sua construção. Contudo, permanecem marcas

da historiografia anterior. O milagre continua a ser admissível como explicação. Por outro lado, a possibilidade da perda da independência, agora devido às ameaças das invasões francesas e até inglesas, levou ao interesse pelo estudo das origens da nacionalidade e do seu desenvolvimento. A secularização da História vem com o liberalismo e o romantismo. A partir daqui constrói-se uma História Contemporânea onde se convoca a participação do colectivo e com a qual se pretende, de algum modo, construir uma nova memória da nação capaz de explicar a índole da alma nacional. Para os liberais, a Idade Média é valorizada tanto pelo seu contributo para a emergência da nacionalidade quanto pela sua incorporação da contratualidade objectivada nos municípios ou nas cortes; as causas da decadência de Portugal são explicadas pela emergência do poder absoluto e pela introdução no reino da Inquisição e dos Jesuítas. Como era de esperar, por vezes, houve a tentativa de buscar a legitimação do presente na história. No entanto, Almeida Garrett, nomeado cronista-mor do reino, nos finais da década trinta do século XIX, advogou uma história globalizante (recusando a sua divisão em história eclesiástica e profana, civil, política, militar, literária...) e analítica, com base na consulta de todo o tipo de documentos, que servisse para compreender as alterações da sociedade e o progresso da civilização.

A concretização desta concepção liberal da história portuguesa encontrou em Alexandre Herculano o seu máximo expoente. Por outro lado, sob a sua influência, outras obras surgiram com idêntica preocupação de encontrar no estudo do passado as raízes da nova ordem social e política. Contudo, isto não significa que não houvesse preocupação em alcançar a objectividade e a neutralidade possíveis. Ela esteve bem presente em Alexandre Herculano, porquanto este deu prioridade à análise sobre a síntese. Mas também não se pode esquecer que foi ele quem chamou a atenção para a circularidade hermenêutica da leitura da história, ao admitir que o presente servia para apreciar o valor das tendências do passado e que este servia para avaliar as transformações do presente. De qualquer modo, é indiscutível que Herculano defendeu a existência de uma índole portuguesa que teria alcançado o seu grande momento no período medieval, quando a sociedade conseguira conciliar a “unidade” com a “diversidade” e, conseqüentemente, a “liberdade” com a “autoridade” a partir duma ajustada organização monárquica e municipal. Na sua opinião, a decadência do país, que se iniciara com a emergência do absolutismo, que privilegiaria a “unidade” e a “autoridade”, podia ou não ser invertida pelas políticas dos liberais oitocentistas²⁹.

²⁹ Catroga, Fernando, Romantismo, Literatura e história, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 548-555.

Contudo, o repensar mais sistematizado sobre o lugar de Portugal, quer em relação com o seu passado, quer em relação com a história da Península e da Europa, veio de Oliveira Martins. Para este historiador, acompanhando, neste ponto, Alexandre Herculano, a geografia, a raça e a língua não constituíam factores relevantes para a afirmação da independência de Portugal. Esta, na sua opinião, assentava, sobretudo, na “vontade colectiva”. Ou seja, de acordo com Oliveira Martins, a independência de Portugal forjara-se num processo iniciado na luta dos príncipes e dos grandes senhores portugalenses contra os seus vizinhos na procura da sua independência pessoal, confrontos que teriam dado origem a fronteiras, a uma vida em comum e a uma vontade colectiva orientada por interesses igualmente comuns. No entanto, se o povo português não se diferenciava etnicamente dos outros povos peninsulares, a sua índole distinguia-se por características secundárias, devido à dominância do sangue céltico na mistura com o africano, concretizando-se num carácter “vago e fugidio” que contrastava com a terminante afirmativa do castelhano³⁰.

Estas posições de Herculano e de Martins não mereciam a concordância de muitos. Uns, como os positivistas, entre os quais se destacam Teófilo Braga e Ramalho Ortigão, valorizavam o determinismo étnico e geográfico na formação de Portugal, outros, como Adolfo Coelho, viam como factor relevante para a independência a existência de uma unidade linguística e populacional anterior à formação da nação, alguns queriam ver as origens ligadas a uma vontade colectiva expressa em pretensas Cortes de Lamego, onde representantes do clero, nobreza e povo teriam aclamado D. Afonso Henriques primeiro rei de Portugal, muitos pretendiam ver a origem da nacionalidade associada à vontade Divina e, por isso, tinham por inquestionável o milagre de Ourique, ou seja, o aparecimento de Deus a D. Afonso Henriques, quando este se preparava para combater os reis mouros, garantindo-lhe a vitória na batalha e a protecção ao reino.

Em face dum Portugal velho de setecentos anos, sujeito durante séculos a um regime senhorial, e diante de uma monarquia constitucional ainda incipiente, dilacerada por controvérsias várias, buscava-se na interpretação da história o sentido para a existência duma nação. Uns entendiam que sem a providência divina não teriam existido condições para Portugal se ter afirmado como país independente e que, por isso, não se podia ignorar a importância da Igreja Católica na construção da sociedade portuguesa contemporânea; outros, muitos

³⁰ Catroga, Fernando, *História e Ciências Sociais em Oliveira Martins*, in Torgal, Luís Reis; Mendes, José Amado; Catroga, Fernando, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, vol. I, s/l, Temas e Debates, 1998.

deles em colisão com o pensamento da Igreja, pretendiam que a nação resultasse sobretudo de condições “naturais” e de formulações culturais particulares derivadas de interacções dos grupos humanos com os factores geográficos. É bem evidente que ambas as posições destacavam referências centrais da identidade portuguesa: o catolicismo, o território, a língua, a história comum. Por entre estas concepções circulavam outras ideias mais declaradamente políticas: umas destacando a expressão da vontade colectiva, enunciadora da monarquia demo-liberal, outras reforçando as virtudes de lideranças fortes, de reis que souberam impor-se sobre interesses particulares, de personalidades que se destacaram contra os inimigos de Portugal. A difusão da história era, assim, tanto um problema de conhecimento e de compreensão da formação e da consolidação de Portugal como de fundamentação de uma identidade colectiva conforme a determinada ideologia. Não admira, pois, que ao longo dos séculos XIX e XX a História de Portugal fosse alvo de grande interesse político e que este tivesse marcado muito o esforço de divulgação que aquela teve.

Derrotado o absolutismo, tornava-se necessário consolidar a nova ordem política através de novas formas de interiorização e de legitimação do poder. O desmoronamento do Antigo Regime implicava a dissolução/desvalorização de símbolos organizadores e socializadores da sociedade que deviam ser substituídos/reinventados de modo a se obter uma opinião pública adequada à consolidação do liberalismo monárquico-constitucional. Isto levou a que, como sublinhou Fernando Catroga, os novos intelectuais reconhecessem a necessidade de “regenerar” ou de “refundar” a nação, o que veio a traduzir-se num amplo movimento nacionalizador e de busca das “origens” baseado na “crença de que, com a nova ordem, a *existência* de Portugal teria, finalmente, possibilidades de coincidir com a sua *essência*, consubstanciada na “alma nacional” e revelada na cultura popular, nos monumentos, nos costumes, na memória, enfim, na história”³¹. Buscavam-se símbolos que traduzissem uma vontade colectiva de afirmar Portugal e referências em que um público interclassista se revisse. No passado e nas raízes da cultura popular, o poder burguês buscou os elementos que possibilitassem nacionalizar as consciências e fomentar o sentimento nacional.

A importância da história revela-se através de variadas formas culturais. Desde logo, os periódicos e livros de divulgação demonstram bem esse esforço em formar a opinião pública da nova ordem liberal e romântica. *O Panorama*

³¹ Catroga, Fernando, Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico, in Torgal, Luís Reis; Mendes, José Amado; Catroga, Fernando, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, vol. I, s/l, Temas e Debates, 1998, p. 46.

(1837-1868) é um exemplo claro dessa estratégia, porquanto, do conjunto da colaboração, “entre 1837 e 1844, os ensaios e as narrações de carácter histórico recobriram cerca de 17%, número bastante significativo, pois ultrapassa, em muito os outros assuntos mais tratados”³². Além desta, outras revistas dessa mesma época, como a *Revista Universal Lisbonense* (1841-1859) e o *Arquivo Pitoresco* (1857-1868), deram também espaço a textos de natureza histórica reforçando uma tendência editorial que se verificava igualmente nas colecções de livros populares. O interesse pela história manifesta-se ainda no romance e no drama históricos que tiveram grande aceitação por esta altura de Oitocentos. Enfim, a história populariza-se e é lembrada nas ruas e praças, quer colocando nelas nomes ou estátuas de figuras que se pretende evocar, quer homenageando grandes personalidades ou celebrando acontecimentos notáveis. A história torna-se uma referência fundamental da nação. Os portugueses bebem na história a sua razão de ser, nela reconhecem os autores desse legado, ela os exorta a inserirem-se no seu devir, ou seja, a dar continuidade à herança recebida.

História e escolarização

A importância atribuída à história pode também ser lida pelo seu ensino. Até à segunda metade do século XVIII, o ensino da história aparece fundamentalmente como subsidiário de outros saberes. Isso é bem evidente na reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772), tanto nas áreas da Medicina, Matemática e Filosofia (ou seja, filosofia natural) como nas de Leis, Cânones e Teologia. Nestas últimas surgiram mesmo cadeiras de história: História Eclesiástica, História do Direito Civil Romano e Português, História da Igreja Universal e Portuguesa, História do Direito Canónico Comum e Pátrio³³. Nos outros níveis de ensino, a história permanecia “obscurecida”, fazendo-se, em geral, no contexto de outras disciplinas. Bem elucidativo disso, é o facto de não se encontrar qualquer referência formal ao ensino da história na legislação pombalina relativa à reforma das escolas menores (ler, escrever e contar, língua latina, língua grega, retórica e filosofia racional). No entanto, também não devemos ignorar que alguns dos manuais desse tempo dedicam algumas páginas à história, o que testemunha que constituía matéria de ensino. Num manuscrito

³² Catroga, Fernando, Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico, in Torgal, Luís Reis; Mendes, José Amado; Catroga, Fernando, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, vol. I, s/l, Temas e Debates, 1998, p. 49.

³³ *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, ed. do II Centenário da Reforma Pombalina, 3 Tomos, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972.

que apresenta os conteúdos ministrados por um mestre das classes de “primeiras letras” pode ver-se quanto se achava já importante o ensino da História Pátria: “Por ella conhece-se o Paiz, que habitamos; sem o ter girado: O principio do Reyno, o seu estabelecimento: os seus costumes: Os acontecimentos da Paz, e da Guerra: Os Heroes que honrão a Nação”. Não há dúvida que este ensino da história visava dotar os alunos de uma maior consciência da identidade portuguesa, todavia, como já afirmámos em outro estudo, esta parte relativa à história revelava um menor cuidado daquele que tinha sido reservado às outras matérias³⁴. De qualquer modo, nos finais de setecentos e nas primeiras décadas do século XIX, o ensino da história tende a ser cada vez mais valorizado, ainda que, por vezes, apareça associado à cronologia e à geografia. Mas será no âmbito das reformas da instrução pública empreendidas pelos governantes liberais, na segunda metade dos anos 30 do século XIX, que o ensino da história se afirma na qualidade de disciplina. A partir de então, cada regime político tentou servir-se do ensino da história para consolidar o seu projecto de sociedade. A história devia servir para que a comunidade revisse na ideologia e poder vigentes a possibilidade de continuar o projecto dos seus ancestrais. A história servindo anseios de regeneração ou refundação da nação vingou com a expansão da escola, tendo ambas reforçado a identidade nacional ao jeito da ideologia dominante num determinado contexto político.

É evidente que a escola é tão só uma instituição secular e que, por isso, não tem uma mensagem ideológica própria. Os seus conteúdos foram sempre muito dependentes dos conhecimentos e dos interesses valorizados pelos poderes de cada sociedade. Todavia, a vertente instrumental da instrução que comporta e o público que enquadra, favorecem um contexto formativo que dificilmente pode deixar de ser mobilizado para conformar o pensamento das pessoas a conveniências ideológicas dos poderes vigentes. Nesse sentido, a escola vai ser um instrumento importante da formação da identidade nacional, no século XIX e, muito especialmente, no XX. Por vezes, tem-se acentuado que a escolarização em Portugal não teve a mesma importância que noutros países porque há muitos séculos que o português era a língua falada pelo conjunto dos habitantes do país. Este argumento, ainda que relevante, não deve ser encarado de uma forma tão absoluta. Nesta linha de raciocínio poder-se-ia também dizer que a existência de igrejas não era importante porque Portugal não tinha um problema de religião. A alusão ao grande número de templos religiosos deve exactamente colocar-nos diante duma das instituições socializadoras que mais contribuiu para a difusão

³⁴ Ferreira, António Gomes, O Ensino de um Mestre de Primeiras Letras nos Finais de Setecentos, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXIV, 1990, pp. 519-540.

duma cultura comum numa sociedade tradicional. No entanto, a Igreja Católica, tal como se apresentava então, autoritária, dogmática, ultramontana, não servia os interesses contratualistas e a racionalidade da elite dos liberais. Desse modo, a difusão dos novos interesses civilizacionais e a da valorização duma nação que se queria refundada sobre características etno-culturais e na vontade dos homens não podia ser confiada à Igreja. A formação do cidadão que os liberais de Oitocentos pretendiam devia assentar na aposta da escolarização. Como bem salientou Carlota Boto, o tema da escola imbricava-se com a dinâmica política, pois, “o problema educativo permeava a própria acepção da política liberal, supondo a necessária correspondência entre cidadania proclamada e a preparação do juízo crítico daqueles que deveriam exercer a soberania nacional pelo sufrágio³⁵”. Acrescenta esta investigadora, que havendo uma compreensão da “vida liberal e democrática como um processo em constante e progressivo aperfeiçoamento, destacava-se a urgência de se superar o estágio de “bestialidade” intrínseco à ignorância, de maneira a potencializar os talentos, aperfeiçoar o percurso civilizatório e possibilitar o reencontro com a verdadeira identidade que algures Portugal perdera”³⁶. Assim se pode compreender a directiva programática do “Regulamento Geral da Instrução Primária”, publicado em 1835, onde se estipulava, para além do ensino da leitura e da escrita, um conjunto de disciplinas bastante amplo: “elementos de Gramática Portuguesa, Aritmética, Desenho linear, Civilidade, Moral, Religião, Direito político, e algumas noções de História e Geografia”. Tal alinhamento curricular indica bem a preocupação civilizatória e nacionalizante do projecto político liberal: a escola primária devia fornecer competências técnicas e cívicas necessárias a um cidadão economicamente activo, politicamente consciente, vinculado à sua pátria, pelo conhecimento da história, do território, dos costumes e da língua. Todavia, a escola elementar destes primeiros tempos do liberalismo, ou é ainda muito incipiente ou muito intelectualista e enciclopédica. Parte dos alunos do ensino primário nunca conseguirão ir além da alfabetização e, portanto, da aprendizagem dos rudimentos da leitura, treinando esta em catecismos ou em manuais simples de primeiras letras, alguns dos quais, elaborados pelo respectivo professor. Só os alunos com condições económicas menos débeis, melhores resultados e, porventura, com mais possibilidades e expectativas podiam usufruir de manuais mais condizentes com o ideário pedagógico dos

³⁵ Boto, Carlota, A cultura das letras e a sociedade portuguesa do século XX, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 35, 2, 2001, p. 206.

³⁶ Boto, Carlota, A cultura das letras e a sociedade portuguesa do século XX, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 35, 2, 2001, p. 207.

liberais oitocentistas. Dois deles são do mesmo autor *Methodo facilimo para aprender a ler*³⁷ e o *Manual encyclopedico*³⁸, de Emilio Achilles Monteverde. Estes manuais formavam, vendo bem, um projecto de ensino primário, sendo o primeiro para a aprendizagem instrumental da leitura e o segundo, para a aquisição de uma informação que devia dotar os alunos que o estudassem de um conhecimento mínimo sobre praticamente todos os grandes domínios do saber de então, por isso, também sobre a língua portuguesa e a Geografia e a História. A Geografia contemplava conteúdos muito diversificados indo da “Geographia Astronomica”, que ocupava o maior número de páginas, passando pela “Geographia Physica” até à “Geographia Politica”. Só no contexto da descrição dos vários continentes, se dava alguma atenção a Portugal, aquando da abordagem da Europa. A História não merecia melhor tratamento, pois era contemplada com uma enfadonha narrativa que começava na Antiguidade para desaguar na Idade Média, a que se seguia uma espécie de “Resumo da História de Portugal”, composto por pequenas sínteses dos sucessivos reinados. Não eram estas matérias nem a seguinte, relativa à literatura portuguesa, que poderiam suscitar o interesse das crianças pela sua pátria. Todavia, estes e alguns outros conteúdos possibilitavam um conhecimento geral de Portugal, que podiam contribuir para cimentar um ideal onde o território, a história e a língua se entrelaçavam constituindo como que a trave mestra da nação. O livro parecia, sobretudo, sujeito à lógica da instrução enciclopédica, ou seja, privilegiando o conhecimento na sua função instrumental, como base indispensável de promoção de desenvolvimento. Isso estaria de acordo com o que realçava numa das frases a reter pelos leitores do seu *Methodo facilimo para aprender a ler*: “Convém ao menino ser estudioso e aplicado, porque a sua idade é a mais própria para aproveitar o tempo no estudo. Se porém o não fizer, permanecerá toda a vida numa crassa ignorância, que o tornará incapaz de empreender carreira alguma decente”³⁹. Neste sentido, cada criança devia ser colocada diante da exigência do estudo e à escola se confiava a difusão dos conhecimentos úteis à pátria.

A escola devia servir para formar uma nação não submersa por solidariedades mais amplas nem refém de vinculações parciais. Ela devia vincar uma cultura que unisse os portugueses, apropriando-se de um património herdado do

³⁷ Monteverde, Emilio Achilles, *Método facilimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscrita no mais curto espaço de tempo*, 7ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

³⁸ Monteverde, Emilio Achilles, *Manual encyclopedico para uso das escolas de instrução primaria*, 9ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

³⁹ Monteverde, Emilio Achilles, *Método facilimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscrita no mais curto espaço de tempo*, 7ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 57.

passado mas que fizesse sentido para a dinâmica que se pretendia imprimir nesse presente. A escola, na compreensão burguesa da elite cultural romântico-liberal, era entendida como a instituição capaz de difundir um conjunto de competências instrumentais e de referências culturais e cívicas necessárias à nova ordem política. Essas duas dimensões do ensino, que, em geral se reforçavam mutuamente, quase coincidem no estudo da língua nacional. O ensino da leitura, da escrita e da gramática portuguesa iria possibilitar uma harmonização linguístico-cultural. Se a cultura popular ganhava dignidade e servia de inspiração à literatura, o povo tendia a expressar-se com maior rigor e numa linguagem cada vez mais comum a todos os portugueses. A difusão do texto escrito não só impunha um maior rigor gramatical como também referenciais lexicais e culturais que se iam generalizando à comunidade dos alfabetizados/leitores. A escola certificará o saber. Não só o saber instrumental, a leitura, a escrita, a gramática, a aritmética mas também o saber científico, humanístico, social e cívico, a moral e a civilidade, a geografia e a história e, mais tarde, no ensino secundário, também a história natural, a física entre outras disciplinas. Desse modo, a escola ditava a verdade, definia não só o certo e o errado mas também o bem e o mal, o belo e o feio. Ela generalizará uma identidade nacional, a partir de conteúdos tratados em várias disciplinas ainda que especialmente na de língua portuguesa, história e geografia. Assim sendo, ela olhará para o passado e para o presente, tornando-se uma instituição charneira para a formação da “alma nacional”, ou seja, na explicitação da essência da nação. Os portugueses tinham que ser confrontados com os desígnios da nação, sob a orientação do Estado. A este cabia interpretar o sentido e o significado da nação, de acordo com a racionalidade liberal eurocentrista e estabelecer as estratégias de expansão e consolidação dos elementos do ideário que devia unificar culturalmente a população.

No entanto, tudo isto acontece muito lentamente. Apesar de decretada a escolaridade obrigatória em meados do século XIX, o avanço da escolarização far-se-á de forma tímida até à Primeira República. No início da primeira década do século XX, Portugal possuía uma imensa maioria de pessoas analfabetas. Os republicanos sentiam ainda mais a necessidade de investir na escolarização. Eles estavam ainda mais convictos da capacidade formativa da escola. Era preciso reduzir o número dos analfabetos, ou melhor, era preciso educar o povo, libertá-lo dos preconceitos religiosos e dos nefastos ensinamentos dos Jesuítas, como declaravam os republicanos⁴⁰.

⁴⁰ Pereira, José Augusto e Ferreira, António Gomes, *António Aurélio da Costa Ferreira. Um Educador na Primeira República*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 1999.

De facto, ainda que frequentemente se invoque a importância da escola enquanto instituição alfabetizadora, não devemos perder de vista que ela sempre foi considerada como um espaço de normalização de pensamentos e comportamentos. Em Portugal, ela será especialmente mobilizada para servir a ideologia dominante no Estado. Durante a República e, posteriormente, o Estado Novo, ela será utilizada para inculcar valores que passavam pelo apego à Pátria, à Família, ao Trabalho, à Disciplina. Contudo, o Estado Novo se, numa linha de continuidade, acentuou esses valores, contrariamente ao regime anterior, não só recuperou e valorizou a religião, como lhe deu relevância na construção da nação. Na verdade, a republicanização fez-se muito sobre a ideia da formação do Homem Novo, na construção de uma cidadania instruída assente na razão da ciência e do Estado. O patriotismo republicano ainda não estaria “ensimesmado e inscrevia-se num cosmo evolutivo e numa historicidade progressiva” que assentava na “capacidade auto-suficiente que o homem teria para controlar racionalmente a história” e de ser crescentemente perfectível⁴¹. A reforma da sociedade exigia como que a reconstrução da nação. A única instituição que podia corresponder ao desiderato republicano era a escola. Isso explica que se procurasse investir na escolarização, se delineasse a “expulsão de Deus do ensino” e, tal como em França, se apostasse no “culto da Pátria na Escola”⁴². Os republicanos pretendiam que cada jovem, ao terminar o ensino obrigatório, deveria saber amar com “um amor consistente e racional, a região onde nasceu, a pátria em que vive, a humanidade a que pertence”⁴³. O patriotismo oferecia a estrutura ideológica de onde se podia desenvolver uma moral racional e pragmática. Como enfatizara Bernardino Machado ainda no final do século XIX, era absolutamente necessário “fazer passar pela escola um sopro de ardente patriotismo” capaz de temperar “as almas juvenis para os rasgos das mais nobres acções”⁴⁴. A escola parecia, pois, poder substituir a igreja, na formação dos cidadãos. O patriotismo devia ser uma fonte fundamental do ordenamento ideológico e tinha de ser fomentado para sobre ele se construir uma cidadania republicana.

⁴¹ Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p. 289.

⁴² Ver Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p. 264.

⁴³ Dec. de 29.03.1911.

⁴⁴ Bento, Fernando Hernâni, *Bernardino Machado: pensamento sociopolítico e educativo*, Maia, Instituto Superior da Maia, 2000, p. 370.

A escola constituía um espaço privilegiado para uma educação sistemática sob a direcção do poder do Estado. Cabia-lhe, portanto, investir na expansão escolar se pretendia reformar a sociedade. Os republicanos assim pensaram e logo procuram desenvolver uma política consequente com o seu pensamento. No espaço de um ano foram criadas, pelo governo provisório republicano, tantas escolas como durante os últimos dez anos da monarquia. Ao contrário do que acontecia no período da monarquia constitucional, nas escolas republicanas não só foi proibido o ensino da doutrina cristã como também não foi permitido que as crianças em idade escolar participassem em qualquer acto religioso, durante horário das aulas. A escola era laica e devia orientar-se por uma racionalidade de tipo positivista e evolucionista.

A escola republicana devia providenciar uma educação patriótica, criando nas crianças um grande amor à sua terra, à sua paisagem, aos seus produtos, às suas tradições, à sua arte. A escola devia tornar-se uma instituição orientada pelo nacionalismo. Para João de Barros, político e pedagogo republicano, tudo na escola primária devia reforçar esse sentimento patriótico. Para ele o patriotismo seria a grande referência da regeneração dos portugueses⁴⁵. Na escola apostar-se-á grandemente na associação deste sentimento patriótico aos novos símbolos instituídos pelos republicanos. O hino e a bandeira serão desde então alvo de uma propaganda que os tornou, a pouco e pouco, símbolos da pátria. A escola, como não podia deixar de ser, desempenhou a função que o poder determinara. Todos os professores deviam apresentar a bandeira, que havia sido colocada em todas as escolas, aos alunos para que lhes fosse explicado o “valor do símbolo”⁴⁶. A bandeira verde e vermelha aparecia em várias cerimónias, em vários materiais, até nos mapas para assinalar batalhas travadas pelos portugueses. No Hino e na Bandeira estava a essência de Portugal.

O patriotismo era a religião dos republicanos e as escolas eram os seus templos. A escola devia colocar Portugal no coração dos portugueses. Os manuais de leitura são um bom exemplo dessa preocupação. Em geral, quase só apresentam textos relacionados com a história, geografia, costumes, fauna e flora do país. Além disso, possuem alguns textos que confessadamente incitam claramente ao patriotismo, como é o caso de um incluído num livro destinado ao quarto ano de escolaridade, que, a determinada altura, dizia o seguinte: “Nossos pais bateram-se juntos contra o estrangeiro; juntos regaram de suor e de sangue o solo da pátria, para o cultivar e para o defender; e para garantir o bem-estar de todos e de cada um, fundaram instituições que a nós nos cabe

⁴⁵ Barros, João de, *A República e a Escola*, Lisboa, 1913.

⁴⁶ Barros, João de, *A República e a Escola*, Lisboa, 1913, pp. 20-21.

agora aperfeiçoar na medida das nossas forças e consoante as exigências da época. Datas gloriosas, recordações luminosas, ilustram as páginas da nossa história; aqui, nossos pais bateram-se como heróis, mostrando que acima de tudo prezavam e colocavam a independência da pátria. (...) Quando na história dum povo figuram páginas de tal magnitude, e em número tão avultado, sente-se bem que a pátria não é uma palavra vã, mas sim a mãe querida, a mãe adorada e estremecida, desta grande família que é a nação”⁴⁷. A intenção de colocar a pátria e a nação como centro de um sentimento mobilizador é bem evidente quando se invocam relações afectivas muito intensas como as de tipo familiar. O recurso a esta imagem da família perpassa discursos que se inscrevem em quadrantes ideológicos bem diversos. Estando no auge a convicção republicana, Oliveira Salazar, numa conferência no contexto da reabertura do C.A.D.C., em 1912, é peremptório na afirmação de que acima da família “está a pátria, ela própria uma família em que a identidade de origem, a comunidade de interesses e aspirações tornaram os membros irmãos”⁴⁸. Assim apresentada a pátria, significava que ela exigia o mesmo tipo de sentimentos e de relações que a família. Ela obrigava à solidariedade entre os membros, à preocupação com o bem-estar de todos, à educação dos mais novos, ao respeito pela memória dos antigos, à preservação da honra, à cedência ao interesse da nação, ao esforço na viabilidade da existência. Mas esta necessidade de recorrer à imagem da família, significa que a ideia de pátria remetia para uma realidade menos inteligível, pelo que era necessário insistir na apresentação dos elementos que a constituíam ou deviam representar. Independentemente das diferenças ideológicas que dividiam os portugueses, existia bastante consenso quanto à conveniência de se desenvolver na escola um trabalho sistemático que devia introduzir os mais jovens no culto da pátria, na valorização do que tornara possível Portugal e do que os portugueses tinham sido capazes de realizar. Deste modo, o regime ditatorial que se seguiu à República dá continuidade à dinâmica de difusão do sentimento patriótico e a escola continuou a ser um instrumento fundamental da estratégia política das décadas seguintes. Ainda nos finais da década de 20, vários documentos oficiais são bem explícitos quanto a isso. Num diploma legal, publicado em 1927, onde se exaravam instruções pedagógicas referentes ao ensino primário estipulava-se que as actividades escolares deveriam ser,

⁴⁷ Santos, António Francisco dos, Mártires, José Bartolomeu Rita dos, Baptista, José Nunes, *Leituras para a 4ª classe das escolas de instrução primária*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, s/d, pp. 60-61.

⁴⁸ Salazar, António de Oliveira, *Inéditos e dispersos. I- Escritos político-sociais e doutrinários (1909-1928)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, p. 183.

todos os dias, iniciadas e terminadas com a saudação à bandeira nacional e que o ensino da história deveria ser feito de modo a despertar nas crianças um “verdadeiro patriotismo”. Nesta mesma linha de preocupação nacionalista, se insere também a indicação de se dever prestar atenção ao ultramar, assunto igualmente mencionado num decreto de 1928, onde se mandava intensificar o estudo relativo a esses territórios porque era necessário incutir “no espírito de todos os portugueses a noção exacta do valor do império ultramarino”⁴⁹.

Embora estas orientações viessem de trás, sendo até anteriores à República⁵⁰, foram bastante enfatizadas pelo pensamento republicano e conheceram expressões especialmente exacerbadas com o integralismo e sob o Estado Novo. Com o integralismo há uma reacção conservadora à modernidade que se desenha com os republicanos, investindo numa utopia regressiva⁵¹. O carácter conservador do Estado pode ser invocado por várias razões, mas seguramente é consentâneo com um posicionamento ideológico que recupera os valores dos seus ancestrais mais valorosos. Ao sacralizar o império ultramarino, ao valorizar o apoio divino ao esforço heróico dos antepassados, ao associar a liderança aos valores mais importantes dos grandes protagonistas da História de Portugal, o Estado Novo deu consistência sentimental às narrativas, mitificou o(s) facto(s) e deu sustentabilidade à sua posição política.

Não há dúvida que, a partir dos inícios dos anos 30 do século XX, aproveitando muito bem o patriotismo republicano e tendências ideológicas internacionais, a emergência e a afirmação do Estado Novo far-se-á sobre um ideário nacionalista que visa a reorganização do país a partir de valores tidos por imutáveis, da valorização da cultura popular, da defesa da religião e da moral católicas, da exaltação da história nacional. Olhando para os manuais do ensino primário, produzidos no Estado Novo, o país, na sua generalidade parecia continuar muito virado para os seus particularismos: a diversidade de suas terras e gentes, a História Pátria, os monumentos e as personalidades, as tradições e as fábulas mais significantes do imaginário português.

Isso é fácil de ver pelos manuais do ensino primário, nomeadamente no *Finalmente..., destinado à quarta classe*, de Joaquim Tomaz, Chagas Franco

⁴⁹ Carvalho, Rómulo de, *História do ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 730.

⁵⁰ ver M. Fátima Bonifácio, *O século XIX português*, 3.^a edição, Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 133.

⁵¹ Ver Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

e Ricardo Rosa y Alberty⁵², livro de grande aceitação, a avaliar pelo número de edições que conheceu nestes anos. Significativamente, ele abre com *Minha Pátria*, onde Portugal surge como país abençoado, com terras, gentes e história a amalgamarem-se para criarem uma pátria maravilhosa e única que tem para mostrar, ao “mundo atónito e cobiçoso”, um “rosário de colónias”. Incensa-se um país idílico, uma história mitificada, um “Portugal da abundância, Portugal da gente humilde e heróica”, para suscitar a devoção patriótica. De algum modo, o texto servia de introdução a um alinhamento de outros que davam a conhecer o país, na sua diversidade paisagística e humana, sem esquecer as terras do *Portugal além dos mares*. Como não podia deixar de acontecer, pelo livro também passam heróis e episódios edificantes da história de Portugal. São especialmente emblemáticas as lições sobre o *Santo Condestável* e *Afonso de Albuquerque*, que revelam esse esforço de incitar ao patriotismo, mesmo que rebuscando a lenda para evidenciar a qualidade da personalidade destacada.

Não há dúvida que durante este período, que abarca as décadas de trinta a setenta, o país se conhece melhor e tende a ser entendido a partir de referências comuns ditadas pela escola. Em parte, isso deve-se à escolarização. Ainda que se esteja apenas diante de um crescimento moderado nos anos 30 e de relativa estabilidade na década de 40, o ensino primário recebe praticamente todas as crianças com mais de sete anos de idade no princípio da década de 60. Na verdade, o Estado Novo apostou na escola como factor de socialização e sempre promoveu práticas de doutrinação, daí a obrigatoriedade de se afixar determinados pensamentos nas escolas, a imposição do livro único, a cuidadosa organização dos manuais de leitura do ensino primário, a criação de novas áreas curriculares, a expansão das actividades extra-curriculares⁵³. Nas salas de aula das escolas primárias estavam sempre dispostas um conjunto de referências que organizavam o universo simbólico do regime e que se pretendiam como uma totalidade inevitável e coerente: na parede da frente e por cima do quadro preto um crucifixo ladeado por dois quadros com as figuras máximas do Estado (o presidente da república e o chefe do governo); nas outras paredes encontravam-se dependurados alguns mapas, um de Portugal metropolitano, outro com planisfério, onde se destacavam as possessões coloniais portuguesas, e outros onde figuravam os territórios ultramarinos; nas mesas dos alunos estava,

⁵² Tomaz, Joaquim; Franco, Chagas e Alberty, Ricardo Rosa y, *Finalmente...: leituras para a 4ª classe*, Lisboa : Impr. Lucas, 1937, pp. 5-7. Sobre os autores ver: Nóvoa, António (Dir.), *Dicionário de educadores portugueses*, Porto, Edições Asa, 2003, pp. 47, 1377-1379.

⁵³ Nóvoa, António, A “Educação Nacional” (1930-1974): Análise Histórica e Historiográfica, in Escolano, Agustin e Fernandes, Rogério, *Los caminos hacia la modernidad educativa en España Y Portugal (1800-1975)*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1997, p. 180.

pelo menos, um livro de leitura pleno de figuras ou textos que, no caso dos terceiros e quartos anos, remetiam para figuras ou acontecimentos notáveis do passado, para aspectos morais ou religiosos, para descrições de regiões do Portugal europeu ou dos territórios ultramarinos.

O *livro de leitura para a 4ª classe*, da Editora Educação Nacional, era um dos manuais mais utilizados nas escolas portuguesas do ensino primário e, por isso, testemunha bem como se procurava formar o sentimento patriótico. Parte significativa dos textos reporta-se à geografia e à história pátria. Ali, quase tudo era pretexto para afirmar o carácter excepcional dos portugueses. Num texto que dava conta em breves linhas dos principais monumentos nacionais, o autor concluía que ao visitá-los dever-se-ia “meditar, com enternecimento, na lição de esforço, patriotismo e fé cristã” que todos eles encerravam⁵⁴. O mesmo manual, cinco páginas antes, apresentava um texto sobre o “Castelos em Portugal” onde se concluía: “Todos eles encerram uma lição de nacionalismo, pois todos eles nos falam de um passado cheio de glória”⁵⁵. Nem outra coisa seria de esperar quando se declarava, em texto sobre os descobrimentos, que os portugueses “na faina heróica de descobrir e de conquistar, revelaram à Europa mais de dois terços do Mundo” e se transcrevia uma quadra de Sidónio Muralha que dizia: “Foi Portugal que conseguiu lavrar/As ondas, como se fosse o próprio chão./ Foi Portugal que baptizou o mar.../Que o mar, sem Portugal, era pagão”⁵⁶.

Num outro livro para a mesma 4ª classe do ensino primário, segue-se um caminho idêntico, misturando-se textos sobre a diversidade do país, sobre algumas das personalidades nacionais, sobre a História de Portugal e mesmo sobre a ideia de pátria. É esta, na realidade, que orienta grande parte da escolha do conteúdo do manual. Ela está presente nos primeiros textos numa forma bem explícita mas muitos outros textos obedecem à noção de pátria definida num deles: “A Pátria é, pois, o país em que nascemos e em que nasceram os nossos antepassados, e uma grande família que tem a mesma história, por sinal uma das mais brilhantes de todo o mundo”⁵⁷. Expunha-se uma pátria como um país cheio de encanto e de uma história inigualável, como em retórica inflamada de Almada Negreiros bem se sublinhava, assegurando-se que nenhuma “outra nação, - dispondo de tão pouca gente e de tão exíguas fôrças materiais e... monetárias, se abalançou a descobrir os mistérios insondáveis dos mares e a arcar

⁵⁴ *Livro de leitura para a 4ª classe*, Porto, Editora Educação Nacional, s/d. p. 79.

⁵⁵ *Livro de leitura para a 4ª classe*, Porto, Editora Educação Nacional, s/d. p. 74.

⁵⁶ *Livro de leitura para a 4ª classe*, Porto, Editora Educação Nacional, s/d. p. 134.

⁵⁷ Mateus, Clotilde e Correia, J, Diogo, *Leituras para a IV classe*, Lisboa, Editora Livraria enciclopédica de João Bernardo, 1937, p. 8.

com a terrível animadversão das outras raças, - umas invejosas da sua glória, outras surpreendidas e desesperadas pela “invasão” deste povo civilizador”⁵⁸. A presença da História Pátria é de molde a inculcar nas crianças o orgulho e a responsabilidade em serem portuguesas. Os conteúdos deste manual revelam uma preocupação de sequência com um outro dos mesmos autores para a 3ª classe. Este abria mais espaço a textos que tentavam descrever o país. A fauna e flora, as tradições, as actividades, alguns monumentos, algumas canções são acompanhadas por alguns textos de natureza histórica e uns outros bem pequenos relativos ao apelo patriótico⁵⁹.

É, todavia, nos livros únicos publicados a partir da década de quarenta que se encontram especialmente significativas as marcas mais evidentes da intencionalidade do ideário patriótico estado-novista. É verdade que os livros dedicados às duas primeiras classes remetem fundamentalmente para espaços próximos do quotidiano das crianças. Por eles perpassam as relações familiares, os trabalhos domésticos, os comportamentos das pessoas, as tradições, a devoção religiosa⁶⁰. A ideia é passar um país, ordenado, solidário, piedoso, um país bonito, com locais, actividades e profissões diferentes, um país com gente respeitadora das tradições, das instituições, da hierarquia.

No *livro da terceira classe*, adoptado como livro único no início da década de cinquenta, é bem evidente que se pretende confrontar as crianças com a pátria. Esta tinha uma realidade material que era necessário conhecer, pelo que havia que apresentar o território nacional na sua diversidade geográfica e cultural. O carácter regressivo do patriotismo manifesta-se aqui de forma insofismável ao privilegiar fundamentalmente o mundo rural e o conhecimento histórico. O mundo agrícola surge variado, colorido, com textos como “As Aldeias”, “A vida no campo”, “As mondas”, “Os Rebanhos”, “As regas”, “Os Ceifeiros”, “As Vindimas”, “A casa do lavrador”, “Serões da aldeia”, “Os bois teimosos”. Por ali passava a pretendida essência lusitana, uma gente orgulhosa da sua ancestralidade, da sua terra, das suas tradições, uma população laboriosa, respeitadora, devota. As cidades apareciam pouco. Dir-se-ia que elas não ofereciam elementos educativos que se prendessem com o universo ideológico-moral do Estado Novo. Delas aproveita-se fundamentalmente alguns dos seus monumentos mais emblemáticos que são apresentados pelo que representam

⁵⁸ Mateus, Clotilde e Correia, J., Diogo, *Leituras para a IV classe*, Lisboa, Editora Livraria enciclopédica de João Bernardo, 1937, 32.

⁵⁹ Mateus, Clotilde e Correia, J., Diogo, *Leituras para a 3ª classe*, Lisboa, Editora Livraria enciclopédica de João Bernardo, 1937.

⁶⁰ *O livro da primeira classe*, 6ª Edição, Porto: Editora a Educação Nacional, Lda.; *O livro da segunda classe*, 6ª Edição, Porto: Editora Educação Nacional, 1958.

para a história da Nação. Eles lembravam um esforço colectivo, a firmeza da vontade de alguns. Num dos textos pode ler-se: “Saibamos amar e respeitar os monumentos como lições da nossa História”⁶¹. E muita História por ali se pretende contar e recontar, pois que os monumentos continuariam firmes à espera que os fossem visitar com as famílias ou os amigos em momentos diferentes da vida.

Pelos livros da 3ª e 4ª classes pretendia-se dotar todos os alunos com a informação mínima sobre Portugal enquanto pátria e nação. Com eles se construía uma imagem do país, um sentimento sobre a pátria, uma vontade de pertencer à Nação portuguesa. Num dos textos das primeiras páginas do livro destinado à terceira classe, tentava-se explicar o que era a Pátria numa linguagem apelativa. O texto é redigido como se trata-se de uma conversa de português mais velho para outro bem mais novo. A informação implica-os, envolve-os, liga-os à História Pátria como se dum herança genética se tratasse. Diz-se a determinado momento do texto: “É nossa Pátria todo o território sagrado que D. Afonso Henriques começou a talhar para a Nação Portuguesa, que tantos heróis defenderam com o seu sangue ou alargaram com o sacrifício das suas vidas. É a terra em que viveram e agora repousam esses heróis, a par de santos e sábios, escritores e de artistas geniais”. Numa pátria assim, só havia que ficar-se rendido. Claro, esse esforço de tantos, ao longo de tantos séculos, merecia ser honrado e continuado. Mas a Pátria concretizava-se num território legado pela história feita por portugueses valorosos. Nela estavam “os campos de ricas searas, os prados verdejantes, os bosques sombreados, as vinhas de cachos negros ou cor de ouro, os montes com as suas capelinhas brancas votivas”, ou seja, terrenos produtivos e idílicas paisagens. Melhor ainda, a Pátria era grande, era o “solo abençoado de todo o Portugal com suas ilhas do Atlântico (...), as nossas terras dos dois lados da África, a Índia, Macau, a longínqua Timor”. Esse imenso Portugal assim frequentemente descrito associado ao espírito heróico fomentado pela narrativa histórica suscitava um imaginário de poder e grandeza que sustentava psicologicamente a vontade da nação.

Convém, no entanto, sublinhar que estamos tão só a considerar os livros de leitura e muitos outros discursos reforçavam as ideias neles contidas. De qualquer modo, um livro de leitura era sempre um suporte pedagógico de grande alcance, tanto pelo efeito massivo quanto pelo impacto psicológico em resultado da natureza e variedade dos seus conteúdos. Atendendo que grande parte da população pouco mais teria para ler que os manuais escolares,

⁶¹ *O livro da terceira classe*, 2ª Edição, Porto: Livraria Editora Figueirinhas, Lda., 1954, p. 37.

estes livros não podiam deixar de condicionar fortemente formação ideológica dos portugueses escolarizados. Num tempo de informação mínima e controlada, um livro de leitura assumia uma função de guia ideológico e isso é claramente evidente na estratégia educativa do regime. É por isso que o conteúdo dos manuais destinados às terceira e quarta classes tinha continuidade nos primeiros anos do liceu ou do ensino técnico. Em textos, nem sempre mais complexos que os dos manuais anteriores e muito frequentemente extraídos de autores reconhecidos, expunha-se todo um ideário nacionalista e patriótico, tal como era concebido pelo Estado Novo. Por eles passavam os principais momentos e algumas figuras da História Pátria, os monumentos mais emblemáticos do país, as cidades mais relevantes e algumas regiões do Portugal europeu e das designadas províncias ultramarinas, tradições e actividades populares, bem como pequenos poemas, histórias e lendas que deviam motivar mais a leitura⁶². Estes manuais prosseguem essa intencionalidade nacionalista devotadamente. Num dos livros de leitura utilizados no ensino técnico, nos anos sessenta, o primeiro texto não pode ser mais significativo dessa militância ideológica. Com o título “Mundo Português”, transcrevia-se “... Se por um lado contemplamos a história maravilhosa deste pequeno povo, quase tão pobre hoje como antes de descobrir o Mundo; as pegadas que deixou pela terra de novo conquistada ou descoberta; a beleza dos monumentos que ergueu; a língua e a literatura que criou; a vastidão dos domínios onde continua, com exemplar fidelidade à sua História e carácter, alta missão civilizadora – concluiremos que Portugal vale bem o orgulho de se ser Português”⁶³. Tão significativo como o conteúdo expresso, é o facto de ser, nada mais, nada menos, um trecho de Salazar, o chefe supremo do regime, a abrir um livro didáctico. Embora já não existisse dúvida alguma sobre o grande desígnio a orientar a educação, não há dúvida que um texto destes, logo na abertura de um manual de leitura, impunha-se pelo valor da autoridade do autor, que de algum modo, sintetizava os principais aspectos a seguir nas aulas em que era utilizado.

⁶² Atente-se nos títulos de três manuais: *A terra e a grei*. Selecta de língua e História Pátria para o 1º ciclo dos liceus. 2º ano, de Corrêa de Oliveira e Saavedra Machado, Lisboa, Livraria Didáctica, 1955; *Portugal Maior*. Livro de leituras para o ensino técnico profissional, de Augusto Reis Góis, Antonino Henriques (com colaboração do Dr. Virgílio Couto), 5ª ed., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco; *A nossa pátria*. Livro de leitura, 1º ciclo-1º ano, de Manuel Viegas Guerreiro (org.), Maria Arminda Zaluar Nunes, Dora Rocha de Gouveia, Maria Ilda Andrade, 3ª ed., Lisboa, Livraria Didáctica, 1963;

⁶³ Góis, Augusto Reis, Henriques, Antonino (colab de Virgílio Couto), *Portugal Maior*. Livro de leituras para o ensino técnico profissional, 5ª ed., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, s/d., p. 5.

Ainda que, como já dissemos, a fusão entre nacionalismo e colonialismo viesse desde os tempos da monarquia constitucional e tivesse sido trabalhada pela república, o Estado Novo “apropriou-se dessa herança e transformou-a num dos dogmas mais duráveis da sua existência política”⁶⁴. O nacionalismo do Estado Novo valorizava uma nação pluricontinental, formada pelo espírito empreendedor de vários portugueses de séculos anteriores e pela admissão da integração de pessoas de raças diferentes e a presença da língua portuguesa, que longe estavam de se cumprirem na dimensão propalada. Este nacionalismo procurava sobretudo fundar-se no culto da pátria distinta, valorosa, grandiosa, na evocação do passado para legitimar o domínio do Estado português sobre territórios descontínuos e raças muito diferentes. O esforço agora consistia fazer coincidir a Pátria com a Nação, promovendo a ideia da grande família portuguesa, sob a direcção do Estado. Por sua vez, este precisava de quem o dirigisse de acordo com a história e a tradição de Portugal. É por isso que a exaltação do patriotismo passa pela apresentação de biografias de algumas das mais emblemáticas figuras da história portuguesa ou de factos que evidenciem qualidades dos protagonistas.

O patriotismo não deixa de estar presente até no livro da 1ª classe. Um texto, que encima uma ilustração em que figuram crianças a cantar, incita: “Arraial, ó lusa gente, /Arraial, arraial, arraial! /Arraial, que alerta está/Quem por bem salvará Portugal!”⁶⁵. Na verdade, Salazar estava bem atento e era ele que sabia como salvar Portugal. Ele próprio o explicitou, em 28 de Maio de 1936, precisamente na comemoração do 10º aniversário do Movimento Militar que despoletou a ditadura de onde emergiu o Estado Novo: “às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever”⁶⁶. Mais tarde, referindo-se a este discurso, dizia: “Limitamos a parte irredutível da nossa ética àquelas grandes certezas que se encontram ainda vivas na consciência da Nação e à volta das quais se pode mais facilmente reconstruir a sua unidade moral”⁶⁷. A partir destas ideias aparentemente simples se construiu o edifício

⁶⁴ Monteiro, Nuno G. e Pinto, António Costa, “A identidade nacional portuguesa”, in António Costa Pinto (coord.), *Portugal contemporâneo*, Lisboa : Dom Quixote, 2005, p. 61.

⁶⁵ *O livro da primeira classe*, Porto: Editora a Educação Nacional, Lda., p. 48.

⁶⁶ Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1945, p. 130.

⁶⁷ Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, vol. V, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1945, p. 86.

ideológico do Estado Novo que a escola tão bem veiculou. Embora um conjunto de outras instituições tivesse também contribuído para a imposição da ordem política chefiada por Salazar, a proliferação de escolas públicas, directamente dependentes do Estado, pelas grandes e pequenas povoações do país, acabou por ser extremamente importante no modo como a generalidade da população conviveu com o regime. Deste modo, a escola, directa e indirectamente, desempenhara um papel crucial na conformação das consciências a partir dum ideal vigente nesse tempo.

A partir das décadas de cinquenta e sessenta, desenhava-se em Portugal uma cultura de massas pública comum e isso devia-se fundamentalmente à escola, pois, os meios audiovisuais ainda não tinham a penetração social que viriam a ter nas décadas seguintes. Apesar das diferenças resultantes das tradições regionais ou da situação social, a generalidade dos portugueses revia-se num mesmo passado e identificava-se com símbolos, rituais e costumes comuns, pensava, lia e escrevia na mesma língua, conhecia histórias, lendas e canções de diferentes regiões do país, sabia das principais características do território nacional. Por esta altura, Portugal reunia todas as condições para que os portugueses, na sua esmagadora maioria, se reconhecessem como constituindo uma nação, porquanto, tal como Anthony Smith definiu, eles tinham consciência de serem uma população humana, que partilhava “um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns a todos os membros”⁶⁸. É evidente que a democratização do país acentuará alguns destes últimos aspectos e que alguns dos primeiros verão alguns reajustamentos. Se o acesso à cultura, aos bens de consumo e à circulação aumentou, a religião católica perdeu alguma importância e as províncias ultramarinas ganharam a sua autodeterminação. Alguma da legitimação histórica teve de ser refeita mas, por outro lado, a expressão liberdade ganha outro significado. Outrora sinónimo de independência política, agora é sobretudo possibilidade de livre expressão, livre iniciativa, autonomia pessoal. Na verdade, com a Revolução de Abril de 1974, Portugal abriu-se ao mundo e, sobretudo ao mundo ocidental. Se, antes, parte da nação se ensimesmara nos territórios de além-mar com um Estado controlado por uma elite conservadora e, depois, o Estado democrático apostará na relação com a Europa desenvolvida, a maioria da população vê toda esta mudança numa aceitação passiva. Dir-se-ia que poucas destas alterações atingiam os corações dos portugueses.

⁶⁸ Smith, Anthony D., *Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 28.

Pragmaticamente ou não, as novas lideranças do Portugal democrático não alteraram os seus principais símbolos da nação. Significativamente são símbolos republicanos e tem somente um século de existência. São símbolos que traduzem um esforço de “refundar” a nação com base numa unidade cultural definida por uma “estabilidade” de território, língua e história. Pouco tem importado os particularismos que rodearam a sua criação e as ênfases interpretativas que lhes têm sido associadas. Ao som do Hino e com a Bandeira desfraldada convocou-se a população a defender territórios que não lhes pertencem, impuseram-se regimes como resultado de verdades supremas, refizeram-se momentos de história, criaram-se heróis de pés de barro que não resistiram à conjuntura, deu-se significado nacional ao pequeno evento local, atribuiu-se à vontade dos portugueses meras decisões de elites. Impostos inicialmente pelo Estado vanguardista que pretendeu romper com a influência ideológica e cultural da Igreja, usados oficialmente nas mais variadas cerimónias, sob a orientação política dos poderes dominantes, os símbolos pátrios ultrapassaram a sua condição de representação para serem vistos como elementos da própria “essência” da nação. Mas uma das instituições mais relevantes neste processo de difusão/inculcação dos símbolos nacionais foi a escola. Sob a batuta do Estado, durante boa parte do século XX, o Hino e a Bandeira foram alvo duma devoção insistentemente ritualizada nas escolas de todo o país. O modo como estes símbolos eram abordados, colocava-os como materialização da essência nacional, como objectos inequívocos duma espiritualidade patriótica⁶⁹. Eles eram a síntese sacralizada da epopeia portuguesa e encerravam uma pedagogia de apelo à acção.

Bibliografia

- Alter, Peter, *Nationalism*, Londres-Nova Iorque, Edward Arnold, 1989.
- Barros, João de, *A República e a Escola*, Lisboa, 1913.
- Bethencourt, F., Sociogénese do Sentimento Nacional, in Bethencourt, F. e Curto, Diogo R. (orgs.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1989.
- Bethencourt, Francisco, D. Henrique, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- Boto, Carlota. A cultura das letras e a sociedade portuguesa do século XX, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, v. 35, n. 2, p. 205-225, 2001.

⁶⁹ Ver Catroga, Fernando, Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico, in Torgal, Luís Reis; Mendes, José Amado; Catroga, Fernando, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, vol. I, s/l, Temas e Debates, 1998.

- Carvalho, Rómulo de, *História do ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- Catroga, Fernando, Alexandre Herculanio e o Historicismo Romântico, in Torgal, Luís Reis; Mendes, José Amado; Catroga, Fernando, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, vol. I, s/l, Temas e Debates, 1998.
- Catroga, Fernando, História e Ciências Sociais em Oliveira Martins, in Torgal, Luís Reis; Mendes, José Amado; Catroga, Fernando, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, vol. I, s/l, Temas e Debates, 1998.
- Catroga, Fernando, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa : Editorial Notícias, 2000,
- Catroga, Fernando, Romantismo, Literatura e história, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- Ciron, Susanne, *Le Mythe National. L'Histoire de France en question*, Paris, Les Éditions Ouvrières/Études et Documentation Internationales, 1987.
- Coelho, António Borges, O tempo e os homens: séculos XII-XIV, in Medina, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. III, Amadora, Cube Internacional do Livro.
- Coelho, António Borges, *Questionar a História: Ensaio sobre a História de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1985.
- Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, ed. do II Centenário da Reforma Pombalina, 3 Tomos, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972.
- Ferreira, António Gomes, O Ensino de um Mestre de Primeiras Letras nos Finais de Setecentos, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXIV, Coimbra, 1990.
- Ferreira, António Gomes. O Portugal do Estado Novo para as crianças do ensino primário. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, v. 33, p. 137-153, 1999.
- Franco, José Eduardo, *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D'Orey, 2000.
- Gellner, Ernest, *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993.
- Girardet, Raoul, *Le Nationalisme Français. Anthologie, 1871-1914*, Paris, Éditions du Seuil, 1983.
- Góis, Augusto Reis, Henriques, Antonino (colab. de Virgílio Couto), *Portugal Maior*. Livro de leituras para o ensino técnico profissional, 5ª Ed., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, s/d., p. 5.
- Guerreiro, Manuel Viegas (org.), Nunes, Maria Arminda Zaluar, Gouveia, Dora Rocha de, Andrade, Maria Ilda, *A nossa pátria*. Livro de leitura, 1º ciclo-1º ano, 3ª ed., Lisboa, Livraria Didáctica, 1963.

- Hobsbawm, Eric J., *Nations and Nationalism since 1780. Programme, myth, reality*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- M. Fátima Bonifácio, *O século XIX português*, 3.ª edição, Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 133.
- Magalhães, Joaquim Romero, Filipe II (I de Portugal), in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- Marquilhas, Rita, A formação da língua portuguesa, in Medina, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. III, Amadora, Cube Internacional do Livro.
- Mattoso, José, 1096-1325, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- Mattoso, José, *Identificação de um país (ensaio sobre as origens de Portugal)*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1985.
- Monteiro, Nuno G. e Pinto, António Costa, “A identidade nacional portuguesa”, in António Costa Pinto (coord.), *Portugal contemporâneo*, Lisboa: Dom Quixote, 2005.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- Monteverde, Emílio Achilles, *Manual encyclopedico para uso das escolas de instrução primaria*, 9ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.
- Monteverde, Emílio Achilles, *Método facilimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscrita no mais curto espaço de tempo*, 7ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.
- Nóvoa, António, A “Educação Nacional” (1930-1974): Análise Histórica e Historiográfica, in Escolano, Agustin e Fernandes, Rogério, *Los caminos hacia la modernidad educativa en España Y Portugal (1800-1975)*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1997.
- O livro da primeira classe*, Porto: Editora a Educação Nacional, Lda..
- O livro da segunda classe*, 6ª Edição, Porto: Editora Educação Nacional, 1958.
- O livro da terceira classe*, 2ª Edição, Porto: Livraria Editora Figueirinhas, Lda., 1954.
- Oliveira, António de, A Restauração, in Medina, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. VII, Amadora, Cube Internacional do Livro.
- Oliveira, Corrêa de e Machado, Saavedra *A terra e a grei*. Selecta de língua e História Pátria para o 1º ciclo dos liceus. 2º ano, Lisboa, Livraria Didáctica, 1955.

- Pereira, José Augusto e Ferreira, António Gomes, *António Aurélio da Costa Ferreira. Um Educador na Primeira República*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 1999.
- Renan, Ernest, *Qu'est-ce qu'une Nation? Et autres écrits politiques*, Présentation Raoul Girardet, Paris, Imprimerie Nationale Éditions, 1996.
- Rosas, Hernâni, *História de Portugal*, Porto, Porto Editora, s/d..
- Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, vol. II e V, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1945.
- Salazar, António de Oliveira, *Inéditos e dispersos. I- Escritos político-sociais e doutrinários (1909-1928)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1997.
- Santos, António Francisco dos, Mártires, José Bartolomeu Rita dos, Baptista, José Nunes, *Leituras para a 4ª classe das escolas de instrução primária*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, s/d..
- Schulze, Hagen, *Estado e Nação na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta [1640-1750]*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, Marquês de Pombal: o homem e o estadista, in Medina, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. VII, Amadora, Cube Internacional do Livro.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. Fontes de direito para a história da sucessão de Portugal (1580). *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Coimbra, v., n., p. 120-235, 1960.
- Smith, Anthony D., *Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- Sousa, Armindo de, 1325-1480, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- Tomaz, Joaquim; Franco, Chagas e Alberty, Ricardo Rosa y, *Finalmente...: leituras para a 4ª classe*, Lisboa : Impr. Lucas, 1937, pp. 5-7. Sobre os autores ver: *Dicionário de educadores portugueses*, pp. 47, 1377-1379.
- Tomaz, Joaquim; Franco, Chagas e Alberty, Ricardo Rosa y, *Finalmente...: leituras para a 4ª classe*, Lisboa : Impr. Lucas, 1937.
- Veiga, Carlos Margaça, A crise de 1578-1580 e a perda da independência, in Medina, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. VI, Amadora, Cube Internacional do Livro.